

**RELAÇÕES
INTERCULTURAIS
NO CONTEXTO
DE INCLUSÃO**

**Série Educação Geral, Educação Superior e
Formação Continuada do Educador**

Editora Executiva

Prof. Dra. Maria de Lourdes Pinto de Almeida – Uniplac/Unicamp

Conselho Editorial Educação Nacional

Prof. Dr. Afrânio Mendes Catani – USP

Prof. Dra. Anita Helena Schlesener – UFPR/UTP

Prof. Dra. Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira – Unicamp

Prof. Dr. João dos Reis da Silva Junior – UFSCar

Prof. Dr. José Camilo dos Santos Filho – Unicamp

Prof. Dr. Lindomar Boneti – PUC / PR

Prof. Dr. Lucidio Bianchetti – UFSC

Prof. Dra. Dirce Djanira Pacheco Zan – Unicamp

Prof. Dra. Maria Eugenia Montes Castanho – PUC / Campinas

Prof. Dra. Maria Helena Salgado Bagnato – Unicamp

Prof. Dra. Margarita Victoria Rodríguez – UFMS

Prof. Dra. Marilane Wolf Paim – UFFS

Prof. Dra. Maria do Amparo Borges Ferro – UFPI

Prof. Dr. Renato Dagnino – Unicamp

Prof. Dr. Sidney Reinaldo da Silva – UTP – IFPR

Prof. Dra. Vera Jacob – UFPA

Conselho Editorial Educação Internacional

Prof. Dr. Adrian Ascolani – Universidade Nacional do Rosário

Prof. Dr. Antonio Bolívar – Facultad de Ciencias de la Educación/Granada

Prof. Dr. Antonio Cachapuz – Universidade de Aviero

Prof. Dr. Antonio Teodoro – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Prof. Dr. César Tello – Universidad Nacional de Tres de Febrero

Prof. Dra. Maria del Carmen L. López – Facultad de Ciencias de La Educación/Granada

Prof. Dra. Fatima Antunes – Universidade do Minho

Prof. Dra. María Rosa Misuraca – Universidad Nacional de Luján

Prof. Dra. Silvina Larripa – Universidad Nacional de La Plata

Prof. Dra. Silvina Gvirtz – Universidad Nacional de La Plata



ESTA OBRA FOI IMPRESSA EM PAPEL RECICLATO 75% PRÉ-CONSUMO, 25 % PÓS-CONSUMO, A PARTIR DE IMPRESSÕES E TIRAGENS SUSTENTÁVEIS. CUMPRIMOS NOSSO PAPEL NA EDUCAÇÃO E NA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE.

ADIR CASARO NASCIMENTO
MARIA CRISTINA LIMA PANIAGO LOPES
MARILUCE BITTAR
(ORGANIZADORAS)

**RELAÇÕES
INTERCULTURAIS
NO CONTEXTO
DE INCLUSÃO**

MERCADO[®]
LETRAS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Relações interculturais no contexto de inclusão / Adir Casaro Nascimento, Maria Cristina Lima Paniago Lopes, Mariluce Bittar (organizadoras) . – Campinas, SP : Mercado de Letras, 2012. – (Série Educação Geral, Educação Superior e Formação Continuada do Educador)

ISBN 978-85-7591-243-0

apoio institucional: CAPES

1. Direitos sociais 2. Educação 3. Educação especial 4. Educação multi-culturais 5. Inclusão social 6. Política educacional 7. Política social 8. Políticas públicas 9. Sociologia educacional I. Nascimento, Adir Casaro. II. Lopes, Maria Cristina Lima Paniago. Bittar, Mariluce. IV. Série.

12-12038

CDD-370.1934

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação intercultural : Sociologia educacional : Educação 370.1934

capa e gerência editorial: Vande Rotta Gomide
preparação dos originais: Editora Mercado de Letras

Apoio: Capes

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS EDIÇÕES E LIVRARIA LTDA.

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

www.mercado-de-letras.com.br

livros@mercado-de-letras.com.br

1ª edição

OUTUBRO/2012

IMPRESSÃO DIGITAL

– IMPRESSO NO BRASIL –

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.
É proibida sua reprodução parcial ou total
sem a autorização prévia do Editor. O infrator
estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

SUMÁRIO

RELAÇÕES CULTURAIS NO CONTEXTO DE INCLUSÃO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO	9
<i>Adir Casaro Nascimento, Maria Cristina Lima P. Lopes e Mariluce Bittar</i>	

Capítulo 1	
INCLUSÃO, RECONHECIMENTO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL	19
<i>Sidney Reinaldo da Silva e Maria de Lourdes Pinto de Almeida</i>	

Capítulo 2	
OS “OUTROS” E OS ESPAÇOS EDUCATIVOS DE MATO GROSSO DO SUL: DIFERENÇAS CULTURAIS E EDUCAÇÃO	39
<i>Adir Casaro Nascimento, Cláudia Pereira Xavier e Carlos Magno Naglis Vieira</i>	

Capítulo 3
EDUCAÇÃO E VIDA NAS FRONTEIRAS:
PARA ALÉM DAS DINÂMICAS DE REPRODUÇÃO
DOS MARCOS COLONIAIS 61
Aloisio J. J. Monteiro

Capítulo 4
EDUCAÇÃO SUPERIOR E DEMOCRATIZAÇÃO:
O ACESSO DE POPULAÇÕES NEGRAS,
INDÍGENAS E DO CAMPO NA EDUCAÇÃO
SUPERIOR NA AMAZÔNIA PARAENSE 79
*Salomão A. Mufarrej Hage, Márcia Mariana Bittencourt Brito
e Ricardo Augusto Gomes Pereira*

Capítulo 5
A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO CONTEXTO JAPONÊS
OU DE OUTROS TEMPOS E ESPAÇOS 103
Kátia Morosov Alonso

Capítulo 6
INTERCULTURALISMO, MULTICULTURALISMO
E FORMAÇÃO DE PROFESSORES 127
Ahyas Siss

Capítulo 7
CONECTIVIDADE E COLABORAÇÃO VIRTUAL
EM CONTEXTO MULTICULTURAL 147
Maria Cristina Lima P. Lopes e Rosimeire Martins R. dos Santos

Capítulo 8
REPRESENTAÇÕES DO SER CRIANÇA EM OBRAS
DE LITERATURA INFANTIL DE AUTORIA INDÍGENA 167
Iara Tatiana Bonin e Rosa Maria Hessel Silveira

Capítulo 9	
CULTURA ORAL E PENSAMENTO NEGRO NO BRASIL	189
<i>Paulo Vinicius Baptista da Silva</i>	
Capítulo 10	
COTAS PARA NEGROS E INDÍGENAS NA UEMS:	
AVALIANDO RESULTADOS	215
<i>Maria José de Jesus Alves Cordeiro</i>	
Capítulo 11	
O ACESSO DE NEGROS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR –	
A EXPERIÊNCIA DO INSTITUTO LUTHER KING,	
UMA ORGANIZAÇÃO DO TERCEIRO SETOR	235
<i>Mariluce Bittar e Wanilda Coelho Soares de Moraes</i>	
SOBRE OS AUTORES	267

RELAÇÕES CULTURAIS NO CONTEXTO DE INCLUSÃO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO

O que move pesquisadores de várias universidades e de diferentes regiões brasileiras se reunirem em torno do projeto coletivo de publicação de uma obra? Ainda mais: que ideia principal está presente numa obra cujo tema circunda as “Relações Culturais no Contexto de Inclusão”?

No sentido de responder a essas questões, um conjunto de experientes pesquisadores na área da educação que desenvolve coletivamente atividades de estudos e pesquisas relacionadas à temática, reuniu-se em torno da proposta deste livro. Com o objetivo de aprofundar aspectos teórico-epistemológicos e metodológicos, propusemos discussões que envolvem temas como a diversidade, a diferença e o respeito ao outro, a discriminação e o preconceito étnico-racial, a desigualdade socioeconômica, enfim, questões que dizem respeito ao binômio “exclusão-inclusão”, numa sociedade que ainda carrega as marcas do colonialismo e dos colonizadores.

Mas, além disso, a preocupação dos autores, como eixo condutor dos textos presentes no livro, centra-se na análise dessas

questões, vinculadas à educação, posto que as experiências desses pesquisadores se realizam na materialidade do fenômeno educacional brasileiro. Suas pesquisas estão vinculadas ao estudo das políticas públicas educacionais, à formação de professores no contexto multicultural, à afirmação das identidades culturais, às representações sociais dos considerados “diferentes”, entre outros.

Nesse sentido, o primeiro texto, intitulado *Inclusão, reconhecimento e políticas educacionais no Brasil*, é de autoria dos pesquisadores Sidney Reinaldo da Silva e Maria de Lourdes Pinto de Almeida, que analisam o “significado do conceito de diversidade nas políticas públicas, correlacionando-o com a questão do reconhecimento como exigência normativa”. Os autores inserem o debate do conceito de inclusão nesse contexto e mostram que no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) houve um avanço no que diz respeito às políticas públicas que contemplam a diversidade, no entanto, não se pode deixar de considerar os “limites de tais iniciativas”, em face da “amplitude da discriminação” de segmentos da população “historicamente oprimidos no Brasil”.

O objetivo, portanto, consiste em analisar a problemática da inclusão, da luta pelo direito à diversidade, as políticas de ação afirmativa, como políticas educacionais implementadas na conjuntura sociopolítica dos últimos vinte anos, na qual a democracia foi sendo restabelecida em “nome do princípio do pluralismo”. Nesse sentido, o capítulo de Almeida e Silva reflete sobre a inclusão no sentido de “identificar suas necessidades e avaliar seus impactos sociais e educacionais”. Os autores alertam, por fim, para o fato de que as políticas educacionais, no plano normativo, podem incorporar o “reconhecimento” apenas na dimensão do discurso normativo-ideológico e não como uma questão que “exige justiça substantiva”.

O capítulo *Os “outros” e os espaços educativos de Mato Grosso do Sul: diferenças culturais e educação*, de Adir Casaro Nascimento, Cláudia Pereira Xavier e Carlos Magno Naglis Vieira, traz contribuições significativas para a compreensão dos saberes na

modernidade homogeneizante, saberes “que por muitas vezes são negados devido ao processo de colonização e subalternização”. Os autores buscam “decolonizar o saber” (Walsh 2009), reconhecer conteúdos e costumes, isentos de mesclas e contaminação (Larossa e Skliar 2000, p. 28).

O texto tem como objetivo principal abrir espaço e/ou horizonte para a visibilidade da multiplicidade de culturas que circulam nos contextos educativos do estado, aproximando produções realizadas sobre o tema e destacando os autores que utilizam um referencial bibliográfico orientado pelo diálogo compromissado às populações sem poder.

Há uma caracterização demográfica do estado de Mato Grosso do Sul, evidenciando seu cenário multicultural: “o lugar, a presença, saberes e poderes traduzidos em suas enunciações culturais no contexto das relações entre o processo de colonização e exclusão e a emergência da diferença que reivindica o seu reconhecimento e valorização”.

No terceiro capítulo, *Educação e vida nas fronteiras: para além das dinâmicas de reprodução dos marcos coloniais*, Aloisio Monteiro, utilizando-se dos conceitos de memória, narração e cultura, de Walter Benjamin, analisa os “tencionamentos das noções de fronteiras, diferenças, violência e exclusão, para então, diante de breves memórias reconstituídas do projeto pedagógico colonizador”. Seu objetivo consiste, ademais, em estimular o debate em torno daquilo que denomina “dinâmicas de reprodução dos marcos colonizadores na educação”, como projeto “pós-colonizador na contemporaneidade da educação brasileira”.

O texto procura responder a vários questionamentos do autor, alguns deles oriundos de seus estudos anteriores sobre a temática. Mas uma das perguntas centrais, de Monteiro, formulada no início do capítulo, foi formulada da seguinte maneira: “[...]que novos e emancipatórios caminhos as ações instituintes presentes nos diversos

movimentos de fronteira podem nos apontar, visando principalmente, as transformações educativas necessárias para a superação das excludências nestas novas configurações sociais?”. Mediante suas análises, ao longo do capítulo, afirma que é necessário “viver a vida” com suas subjetividades e suas diversidades, superando a arrogância, a ganância e o individualismo, para que se possa entender que o “outro”, com suas diferenças, “é fundamental” para o entendimento do mundo.

Com o tema *Educação Superior e democratização: o acesso de populações negras, indígenas e do campo na educação superior na Amazônia Paraense*, Salomão Mufarrej Hage, Márcia Mariana Bittencourt Brito e Ricardo Augusto Gomes Pereira analisam a democratização da educação superior no estado do Pará, no âmbito das políticas educacionais dos anos 1990, denominadas “políticas compensatórias”, que, em vez de reparar e ampliar o princípio da “alteridade” para com os “grupos minoritários”, reforçam as desigualdades sociais e educacionais presentes na sociedade.

Com base no estudo de indicadores de “acesso e inclusão” de populações do campo, dos indígenas e dos negros, na educação superior, os autores enfatizam a necessidade de implementar políticas públicas que “possibilitem a afirmação das identidades culturais” dessas populações, deixando de ser meramente pontuais ou temporárias. Consideram necessário, ainda, que as ações e os programas implantados no interior da universidade, compreendam a Amazônia em sua “complexidade e conflitualidade, desvelando sua relação com o Brasil e o mundo”, no sentido da afirmação de seu desenvolvimento e de sua soberania.

Kátia Morosov Alonso, em seu texto *A formação de professores no contexto japonês ou de outros tempos e espaços*, apresenta breve trajetória dos caminhos percorridos pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) no uso da EaD, destacando projetos e ações que consolidaram as atividades do Núcleo de Educação Aberta a Distância (NEAD). De um projeto piloto para a formação de profes-

sores em exercício no ensino fundamental em Mato Grosso (MT), a outro, com foco nos professores que atuam com crianças brasileiras no Japão, o NEAD apresenta percurso próprio na conformação de processos de formação (Alonso e Preti 2005), conservando elementos que ao longo do tempo marcaram suas ações.

A autora enfatiza a importância das parcerias institucionais, de infraestrutura necessária ao desenvolvimento da EaD, da formação de recursos humanos e experiências de uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC).

Com foco no trabalho de formação de professores que atuam com crianças brasileiras no Japão, Alonso traça um percurso constitutivo de uma identidade “laboral” e de entendimento sobre a EaD, indicando “sentidos e direções de uma trajetória no desenvolvimento da EaD no cenário do ensino superior brasileiro que define compreensão sobre essa modalidade de ensino”.

O trabalho desenvolvido por Ahyas Siss, no capítulo *Interculturalismo, multiculturalismo e formação de professores*, evidencia a importância e a necessidade de se formar professores para uma prática pedagógica eficiente no âmbito de sociedades multiculturais. O autor afirma que, no Brasil, as confluências entre relações raciais, educação brasileira e formação de professores são ignoradas nos processos de formação de professores, tanto inicial, quanto continuada.

Portanto, segundo Siss, o professor tem um importante papel e, uma vez qualificado em perspectiva multicultural, ou intercultural, em programas de formação continuada em uma dimensão permanente, poderá perceber e decodificar estereótipos, desmistificar valores particulares de currículos escolares gerais ou hegemônicos, desmascarar a sobrevida do mito da democracia racial e, por fim, produzir conhecimentos contra-hegemônicos.

Maria Cristina Lima Paniago Lopes e Rosimeire Martins Régis dos Santos, em “Conectividade e colaboração virtual em contexto multicultural”, exploram os conceitos sobre formação con-

tinuada mediada pelas tecnologias sobre perspectivas de colaboração, conectividade e multiculturalismo. Elas tecem algumas considerações sobre as implicações de uso das tecnologias de informação e comunicação em rede social no processo de ensino e aprendizagem, procurando compreender as experiências de conectividade e de colaboração em uma formação continuada de professores indígenas e não indígenas e suas implicações nas práticas docentes.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa baseada na análise e interpretação das discussões estabelecidas pelos participantes do grupo em formação continuada por meio da rede social virtual Ning em que a colaboração e a conectividade entre os sujeitos são vistas como elemento incentivador para a construção do conhecimento, uma relação que valoriza o diálogo, a negociação, o intercâmbio, o debate e a discussão.

O texto evidencia a relevância em refletir sobre as novas oportunidades para a formação continuada de professores, a construção coletiva de conhecimentos por meio do uso de redes sociais no espaço educacional e sobre as novas formas de fazer, pensar e aprender, mediadas pelas tecnologias de informação e comunicação em rede social, promovendo diálogos entre culturas.

Em Representações do ser criança em obras de literatura infantil de autoria indígena, Iara Tatiana Bonin e Rosa Maria Hessel Silveira selecionaram e analisaram sete livros publicados entre 2000 e 2011, obras de literatura infantil de autoria indígena. As autoras consideram a “emergência da questão das diferenças étnico-raciais em produções culturais contemporâneas e a relevância de certas lutas em torno das representações, especialmente daquelas empreendidas por sujeitos posicionados como diferentes”.

O foco da discussão são as representações do ser criança, as formas como são descritos e caracterizados os meninos e as meninas que protagonizam as histórias, assim como as tramas em que tais personagens estão envolvidas e os cenários apresentados nos textos verbais e imagéticos.

A análise mostra que, embora haja duas obras ambientadas no espaço urbano, a maioria das histórias se desenrola no contexto da aldeia indígena e as crianças protagonistas são inseridas em aventuras na floresta, em rituais e/ou em práticas cotidianas de diferentes povos indígenas. Ao contrário do que é visto nas narrativas sobre a vida indígena, linearidade e monotonia, as obras evidenciam rituais que envolvem as crianças indígenas e uma variedade de situações nas quais elas aprendem e se divertem, além de dar visibilidade aos velhos como “personagens que narram histórias indígenas, como conselheiros, como sábios, como fontes de uma sabedoria ancestral que, de algum modo, é útil aos protagonistas no desfecho das narrativas”.

Com o propósito de discutir as relações entre a cultura oral, linguagem e filosofia, Paulo Vinicius Baptista da Silva, no texto *Cultura oral e pensamento negro no Brasil*, utiliza o conceito de “pensamento negro brasileiro”, nas perspectiva da “filosofia africana”, analisado com base em narrativas brasileiras, “exemplos de cultura oral africana da diáspora”.

Para tanto, o autor busca a contribuição de autores(as) brasileiros (as), para explicar e fundamentar “alguns conceitos e argumentos” do que se denomina “pensamento negro brasileiro”. Silva ressalta que a filosofia africana da “diáspora *stricto sensu*, no Brasil, é muito recente e com uma produção ainda limitada”. No entanto, a manifestação do “pensamento negro”, esteve presente nas produções culturais e nos “escritos” de diversos(as) brasileiros(as), desde o século XIX, consistindo numa contribuição efetiva à compreensão de tal “pensamento”. Esses autores são oriundos da Filosofia, da Antropologia, da Sociologia e da Literatura e suas produções oferecem a base necessária para a análise de “algumas manifestações da cultura oral de matriz africana”.

Maria José de Jesus Alves Cordeiro, no capítulo *Cotas para negros e indígenas na UEMS: avaliando resultados*, analisa o desempenho acadêmico dos primeiros cotistas negros e indígenas que

tiveram acesso à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), pelo sistema de cotas. A autora informa que as leis de criação das ações afirmativas, por meio desse sistema, completam dez anos em 2012; portanto, são necessários estudos que avaliem os resultados desse processo, contemplando análises sobre “os índices e as causas de evasão e de repetência, bem como o desempenho acadêmico entre os cotistas”.

Para a elaboração de seu capítulo, Cordeiro utiliza dados sobre inscritos no sistema de cotas, matriculados e egressos nos três sistemas: cota para negros, cota para indígenas e vagas gerais. Analisa vários fatores que influenciaram na evasão e na repetência desses alunos, como as condições socioeconômicas, condições acadêmicas e pedagógicas e afirma a necessidade da institucionalização de “políticas internas” que assegurem “não apenas o acesso, mas a permanência dos estudantes cotistas e não cotistas em situação de vulnerabilidade socioeconômica”.

Finalmente, a pesquisa de Mariluce Bittar e Wanilda Coelho Soares de Moraes, intitulada *O acesso de negros na educação superior – a experiência do Instituto Luther King, uma organização do Terceiro Setor*, objetiva refletir sobre as políticas de ação afirmativa implementadas por uma organização do chamado Terceiro Setor, o Instituto Luther King – Ensino, Pesquisa e Ação Afirmativa, e sua contribuição para o acesso de negros na educação superior. Pioneiro no oferecimento de cursos pré-vestibulares para negros, indígenas e pessoas com necessidades especiais, em Mato Grosso do Sul, o Instituto Luther King desenvolve um trabalho reconhecido pelos seus ex-alunos que conseguiram o acesso a um curso superior.

Com base nos depoimentos desses ex-alunos, as pesquisadoras mostram o papel desempenhado pelo Instituto na elevação da autoestima e o despertar da consciência dos jovens negros que conseguiram acessar a educação superior para as questões que envolvem a discriminação e o preconceito racial. As análises elaboradas ao longo do capítulo permitem que Bittar e Moraes evidenciem que,

na lacuna deixada pelo Estado, há a necessidade de organizações do Terceiro Setor ocuparem espaços “públicos não estatais”, por meio dos quais segmentos excluídos do acesso à educação superior tenham acesso a uma vaga numa Instituição de Educação Superior pública ou privada. Esse fato, no entanto, não exime o Estado de sua responsabilidade em assegurar ações afirmativas como políticas públicas, em especial, na educação superior, que sustenta índices de elitização e discriminação social e racial.

Como o leitor poderá observar, todos os estudos têm um eixo comum, ou seja, o debate, a discussão plural, teórica e metodológica das questões que perpassam as relações interculturais no contexto de inclusão, na perspectiva da educação.

*Adir Casaro Nascimento,
Maria Cristina Paniago Lopes e
Mariluce Bittar
Abril de 2012*

